

WETZEL S.A – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2018

(Em milhares de Reais exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Wetzel S.A. – Em Recuperação Judicial (“Wetzel”) é uma sociedade de capital aberto, cujos atos constitutivos datados de 11/04/1932 estão arquivados na Jucesc sob nº 4230002528-3. Está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 84.683.671/0001-94. Está sediada na cidade de Joinville - SC, Rua Dona Francisca, 8300 – Distrito Industrial – CEP 89219-600.

A sociedade tem como atividade operacional, a fabricação e comércio de componentes fundidos de metais ferrosos, não ferrosos e plásticos, destinados à transmissão, distribuição, instalação e iluminação de energia elétrica, e a setores industriais diversos, a fabricação e comercialização de componentes para o setor automotivo, fabricação e comercialização de tubos e acessórios de material plástico para uso na construção, importação e exportação de produtos, direta ou indiretamente, relacionados com a sua atividade industrial, a prestação de serviços de usinagem, pintura e tratamento térmico de peças fundidas, de manutenção, de assistência técnica, administrativa e de assessoria, relacionados com os produtos de sua indústria e de seu comércio e a participação, no país ou no exterior, em outras sociedades, quaisquer que sejam seus objetivos sociais.

A emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela administração da Companhia em 08 de novembro de 2018.

A Wetzel encerrou o 3º trimestre de 2018 com uma posição de caixa consolidado de R\$ 2.572 e passivo a descoberto de R\$ 152.419.

NOTA 2 - BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas considerando a continuidade normal dos negócios e estão sendo apresentadas em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo NBCTG – Normas Brasileiras de Contabilidade e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

Como não existe diferença entre o Patrimônio Líquido consolidado e o Resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas, preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e entre o Patrimônio

Líquido e o Resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto. A administração da Wetzel, afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Wetzel e suas controladas apresentadas abaixo:

Controlada	País	% de Participação	
		30/09/2018	31/12/2017
Foundry Engineers	USA	100,00%	100,00%
Wetzel Univolt Ind.de Plásticos Ltda	Brasil	60,00%	60,00%

Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos na Lei nº 6.404/76 com as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, dos quais destacamos os seguintes:

- a) Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as sociedades incluídas na consolidação;
- b) Eliminação do investimento na sociedade controlada na proporção dos seus respectivos patrimônios;
- c) Eliminação das receitas e das despesas decorrentes de negócios com as sociedades incluídas na consolidação;
- d) Padronização das políticas contábeis e dos procedimentos usados pelas sociedades incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas com os adotados pela controladora, com o propósito de apresentação usando bases de classificação e mensuração uniformes;
- e) Destaque da participação dos não controladores no Patrimônio Líquido e no Resultado.

3.2 Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

3.3 Compensação entre Contas

Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

3.4 Conversão de Moeda Estrangeira

Os itens nestas demonstrações financeiras são mensurados em moeda funcional “reais (R\$)” que é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia atua e na qual é realizada a maioria de suas transações.

a) Transações em moeda estrangeira

Transações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional conforme determinações do Pronunciamento Técnico NBC TG 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras. Os itens monetários são convertidos pelas taxas de fechamento e os itens não monetários pelas taxas da data da transação.

b) Conversão de controlada no exterior

Os ativos e passivos de controladas no exterior são convertidos para “reais” pela taxa de câmbio da data de fechamento das demonstrações financeiras e as correspondentes demonstrações de resultado são convertidas pela taxa de câmbio média do período. As diferenças cambiais resultantes das referidas conversões são contabilizadas diretamente no Patrimônio Líquido na rubrica de Ajuste de Avaliação Patrimonial, até a venda desse investimento, quando os saldos serão registrados na demonstração do resultado do exercício.

3.5 Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da Companhia, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez com vencimento original em três meses ou menos.

3.6 Ativos Financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem “contas a receber de clientes e demais contas a receber” e “caixa e equivalentes de caixa”.

Reconhecimento e mensuração:

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados na demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está desvalorizado (“*impairment*”).

3.7 Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia.

As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para “*impairment*” (perdas no recebimento de créditos). Normalmente são reconhecidas ao valor faturado ajustado a valor presente, quando relevante, e ajustado pela provisão para “*impairment*”, se necessária.

3.8 Estoques

Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método do custo médio. O custo dos produtos acabados e em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão-de-obra e outros custos indiretos relacionados à

produção baseados na ocupação normal da capacidade e não inclui o custo de empréstimos e financiamentos. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas de vendas.

3.9 Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, os investimentos permanentes em sociedades controladas, são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

As propriedades para investimento, formada por terrenos, foram registradas pelo valor justo a partir de 1º de janeiro de 2012.

3.10 Imobilizado

Conforme previsto na Interpretação Técnica ITG 10 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovada pela Deliberação CVM nº 619/09, a Companhia concluiu as análises periódicas com o objetivo de revisar e ajustar a vida útil econômica estimada para o cálculo de depreciação. Para fins dessa análise, a Companhia se baseou na expectativa de utilização dos bens, e a estimativa referente à vida útil dos ativos, bem como, a estimativa do seu valor residual, conforme experiências anteriores com ativos semelhantes, concomitantemente apurou o valor justo desses ativos para a determinação do custo atribuído.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando taxas conforme nota 11, durante a vida útil estimada.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

3.11 Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

3.12 “Impairment” de Ativos Não Financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de “impairment” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por “*impairment*” é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

3.13 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente quando relevante.

3.14 Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivas.

3.15 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, e o valor foi estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.16 Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda corrente e diferido. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

O encargo de imposto de renda corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço do país em que a Companhia atua e gera lucro real. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos ao Erário.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos lançados no ativo não circulante ou no passivo não circulante decorrem de diferenças temporárias originadas entre receitas e despesas lançadas no resultado, entretanto, adicionadas ou excluídas temporariamente na apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social.

O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

3.17 Apuração do Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

3.18 Reconhecimento da Receita de Vendas

A receita de vendas compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como, após a eliminação das vendas entre empresas da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando:

- (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a companhia; e,
- (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

3.19 Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, são:

- a) créditos de liquidação duvidosa que são lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;

- b) vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;
- c) “*impairment*” dos ativos imobilizados e intangíveis;
- d) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da Companhia; e
- e) expectativa de realização dos créditos tributários diferidos do imposto de renda e da contribuição social.

NOTA 4 - GERENCIAMENTO DE RISCO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em atendimento a Deliberação CVM nº 604, de 19/11/09, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos, NBC TG nºs 38, 39 e 40, e a Instrução CVM 475, de 17/12/08, a Companhia revisa os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

- a) **Recebíveis:** São classificados como recebíveis os numerários em caixa, depósitos bancários disponíveis e contas a receber, cujos valores registrados aproximam-se, na data do balanço, aos de realização.
- b) **Mensurados ao valor justo por meio do resultado:** As aplicações financeiras são classificadas como equivalentes de caixa por serem de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado.
- c) **Derivativos:** A Companhia não efetuou operações com derivativos neste exercício.
- d) **Outros passivos financeiros:** São classificados neste grupo os empréstimos e financiamentos, os saldos mantidos com fornecedores e outros passivos circulantes, que são avaliados pelo custo amortizado. Os financiamentos bancários são tomados com bancos de primeira linha e suas taxas de juros são semelhantes àquelas praticadas no mercado.
- e) **Valor justo:** Os valores justos dos instrumentos financeiros são iguais aos valores contábeis.
- f) **Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros:** A Administração da Companhia realiza o gerenciamento da exposição aos riscos de taxas de juros, câmbio, crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios, os quais seguem:

. Risco de Crédito

Esses riscos são administrados por critérios rigorosos de análise de crédito e estabelecimento do limite de exposição para cada cliente, ajustados periodicamente conforme o comportamento do risco apresentado.

. Risco com Taxa de Juros

A Companhia monitora continuamente o comportamento das taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

. Risco de Exposição Cambial Líquida

Em 30 de setembro de 2018, a Companhia possuía uma exposição cambial contábil de US\$ (1.095) e EUR (414), cuja composição encontra-se detalhada no quadro “Análise de Sensibilidade da Exposição Cambial” desta Nota Explicativa.

. Análise de Sensibilidade da Exposição Cambial

A fim de apresentar os riscos que podem gerar prejuízos significativos para a Companhia, conforme determinado pela CVM, por meio das Instruções nºs 475 e 550/08, apresentamos a seguir, demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que apresentam risco associado à variação na taxa de câmbio:

Risco de alta do Dólar:	Consolidado		
	30/09/2018	Com ajuste de 25% no câmbio	Com ajuste de 50% no câmbio
	R\$ Mil	R\$ Mil	R\$ Mil
Ativos			
Clientes no Mercado Externo	770	963	1.155
Passivos			
Dívida Bancária	5.155	6.443	7.732
Exposição Líquida - R\$ Mil	(4.385)	(5.481)	(6.577)
Exposição Líquida - US\$ Mil	(1.095)	(1.095)	(1.095)
Taxa Dólar	4,0039	5,0049	6,0059

Risco de alta do Euro:	Consolidado		
	30/09/2018	Com ajuste de 25% no câmbio	Com ajuste de 50% no câmbio
	R\$ Mil	R\$ Mil	R\$ Mil
Ativos			
Clientes no Mercado Externo	17	21	26
Passivos			
Dívida Bancária	1.945	2.431	2.917
Exposição Líquida - R\$ Mil	(1.928)	(2.410)	(2.892)
Exposição Líquida - EUR\$ Mil	(414)	(414)	(414)
Taxa EURO	4,6545	5,8181	6,9818

A Companhia entende que os demais instrumentos financeiros não apresentam riscos relevantes e, portanto, dispensam a demonstração da análise de sensibilidade, referida nas Instruções nºs 475/08 e 550/08.

NOTA 5 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

Controladora	30/09/2018	31/12/2017
	Empréstimos e Recebíveis	Empréstimos e Recebíveis
Ativos Financeiros		
Caixa e equivalentes	2.479	6.136
Aplicações Financeiras	746	868
Clientes	17.921	12.200
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(118)	(103)
Dep. Judiciais trabalhistas	1.686	2.237
Dep. Judiciais tributários	1.956	1.910
Total	24.670	23.248

Controladora	30/09/2018	31/12/2017
	Outros Passivos Financeiros	Outros Passivos Financeiros
Passivos Financeiros		
Fornecedores	28.240	26.317
Empréstimos e Financ.	70.808	69.602
Total	99.048	95.918

Consolidado	30/09/2018	31/12/2017
	Empréstimos e Recebíveis	Empréstimos e Recebíveis
Ativos Financeiros		
Caixa e equivalentes	2.572	6.157
Aplicações Financeiras	746	868
Clientes	18.326	12.200
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(118)	(103)
Dep. Judiciais trabalhistas e outros	1.686	2.237
Dep. Judiciais tributários	1.956	1.910
Total	25.168	23.269

Consolidado	30/09/2018	31/12/2017
	Outros Passivos Financeiros	Outros Passivos Financeiros
Passivos Financeiros		
Fornecedores	28.363	26.440
Empréstimos e Financ.	70.808	69.601
Arrend. Financeiros	1.945	1.945
Total	101.116	97.986

NOTA 6 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Caixa	13	11	13	11
Bancos Conta Movimento	2.466	6.125	2.559	6.146
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	2.479	6.136	2.572	6.157

NOTA 7 - CLIENTES E OUTROS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Contas a Receber de Clientes Interno	17.134	11.643	17.539	11.643
Contas a Receber de Clientes Externo	787	558	787	558
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(118)	(103)	(118)	(103)
Contas a Receber de Clientes	17.803	12.098	18.208	12.098
Adiantamentos a fornecedores	31	91	58	119
Adiantamentos a funcionários	561	98	561	98
Parcela Circulante	18.395	12.287	18.827	12.315
 Total a Receber de Clientes	17.803	12.098	18.208	12.098
Total dos Adiantamentos	592	189	619	217
Total Geral	18.395	12.287	18.827	12.315
Aging List Contas a Receber de Clientes	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Vencidos	727	703	727	703
A vencer 30 dias	10.932	7.442	10.977	7.442
A vencer de 31 a 60 dias	5.267	3.201	5.312	3.201
A vencer de 61 a 90 dias	823	607	868	607
A vencer acima de 91 dias	172	248	442	248
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(118)	(103)	(118)	(103)
Contas a Receber de Clientes	17.803	12.098	18.208	12.098
Contas a Receber por Tipo de Moeda	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Reais - R\$	17.016	11.540	17.421	11.540
Dólar Norte-Americano - US\$	770	552	770	552
Euro - EUR	17	6	17	6
Contas a Receber de Clientes	17.803	12.098	18.208	12.098

Em virtude da irrelevância do ajuste a valor presente a ser efetuado em relação ao total do valor a receber de clientes, a Companhia não reconheceu nenhum ajuste nas contas a receber.

NOTA 8 - ESTOQUES

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017
Produtos Acabados	4.332	3.430
Produtos em Elaboração	4.924	3.277
Matéria-Prima	2.938	2.202
Materiais Consumo Produção	3.096	2.242
Revenda	622	797
Outros Estoques	5.242	4.199
(-) Provisão para Perdas	(1.549)	(1.898)
Total dos Estoques	19.605	14.249

NOTA 9 - IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
ICMS a Recuperar	-	49	13	62
IPI a Recuperar	221	220	221	220
Pis/Cofins a Recuperar	251	234	251	234
IRRF a Compensar	39	11	195	167
ICMS CIAP a Compensar	109	173	109	173
IRPJ a Compensar (nota 17)	-	-	148	148
CSLL a Compensar (nota 17)	-	-	65	65
INSS a Compensar	330	416	330	416
Outros Impostos	16	17	15	16
Total	966	1.120	1.347	1.501

NOTA 10 - INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Investimentos em Sociedades Controladas	104	88	-	-
Propriedades para Investimento	64.368	64.368	64.368	64.368
Total de Investimentos	64.472	64.456	64.368	64.368

10.1 Investimento em Sociedade Controlada

Nas demonstrações financeiras da Controladora estão reconhecidos os seguintes investimentos em sociedades controladas, avaliados pelo Patrimônio Líquido das investidas, conforme participação nessas empresas:

Controladora				Patrimônio	Resultado	% de	Equivalência	Valor do
Nome	País	Ativos	Passivos	Líquido	do Período	Participação	Patrimonial	Investimento
Em 31 de dezembro de 2017								
Foundry Engineers	USA	90	2	88	(5)	100,00%	(5)	88
Wetzel Univolt Ind. Plásticos Ltda	Brasil	2.476	5.968	(3.492)	(286)	60,00%	(172)	-
		2.566	5.970	(3.404)	(291)	-	(176)	88
Em 30 de setembro de 2018								
Foundry Engineers	USA	106	3	104	(2)	100,00%	(2)	104
Wetzel Univolt Ind. Plásticos Ltda	Brasil	1.629	5.476	(3.847)	(355)	60,00%	(213)	-
		1.736	5.479	(3.743)	(357)	-	(215)	104

Inexistem quaisquer avais, garantias, fianças, hipotecas ou penhor concedido em favor das controladas.

Nas demonstrações financeiras consolidadas esses investimentos foram eliminados, sendo as sociedades controladas totalmente consolidadas conforme os critérios apresentados na nota 3.1.

A Companhia deliberou, em 09 de novembro de 2015, sobre a descontinuidade das operações da Wetzel Univolt Indústria de Plásticos Ltda., já a partir desse mês.

10.2 Propriedade para Investimento

Terrenos	Controladora e Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017
Saldo Anterior	64.368	63.523
Ajuste valor justo	-	845
Total	64.368	64.368

Localização das Propriedades para Investimentos	Valor
Em 30 de setembro de 2018	
Araquari	34.470
Barra Velha	314
Joinville	29.584
	64.368

NOTA 11 - IMOBILIZADO

<u>Controladora e Consolidado</u>	Terrenos	Edificações e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Veículos	Instalações e Ferramentas	Equipamentos de Informática	Outros	Total
Taxas médias de depreciação conforme laudo		de 4% a 10%	de 4% a 20%	de 5% a 10%	20%	de 5% a 10%	de 10% a 20%		
<u>Em 31 de dezembro de 2017</u>									
Custo	8.922	12.311	116.324	4.063	490	24.642	2.026	369	169.147
Depreciação Acumulada	-	(7.667)	(69.627)	(2.711)	(453)	(19.446)	(1.757)	-	(101.661)
Imparidade e Provisão Perda	-	-	(11.570)	(231)	(11)	(216)	(15)	-	(12.043)
Valor contábil líquido	8.922	4.644	35.127	1.120	26	4.981	254	369	55.443
Adições	-	96	800	2	160	-	20	1.813	2.891
Baixas	-	-	(911)	0	-	(6)	(34)	11	(963)
Depreciação	-	(324)	(1.932)	(86)	(4)	(793)	(108)	-	(3.248)
Baixas da Depreciação	-	-	532	0	-	3	34	-	569
Saldo Final	8.922	4.416	33.616	1.036	182	4.185	166	2.171	54.694
<u>Em 30 de setembro de 2018</u>									
Custo	8.922	12.407	116.213	4.065	650	24.636	2.011	2.171	171.076
Depreciação Acumulada	-	(7.991)	(71.027)	(2.797)	(457)	(20.235)	(1.831)	-	(104.340)
Imparidade e Provisão Perda	-	-	(11.570)	(231)	(11)	(216)	(15)	-	(12.043)
Valor contábil líquido	8.922	4.416	33.616	1.036	182	4.185	166	2.171	54.694

A Wetzel possui ativos imobilizados adquiridos através de operações de Arrendamento Mercantil Financeiro. Em face das práticas contábeis, os valores foram registrados de forma similar às operações de financiamentos, e em contrapartida estão sendo apresentados nas respectivas rubricas do imobilizado, sendo:

	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Valor contábil líquido
Máquinas e Equipamentos	2.180	(936)	1.244
	2.180	(936)	1.244

A Companhia procedeu a avaliação da Vida Útil Econômica do Ativo Imobilizado de acordo com a Lei nº 11.638/07 e 11.941/09, atendendo em especial a Deliberação CVM nº 583, de 31/07/09, que aprova o Pronunciamento Técnico NBC TG 27 o qual aborda o assunto do ativo imobilizado e sua vida útil e a Deliberação CVM nº 619, de 22/12/09 que aprova a Interpretação Técnica ITG 10.

Na adoção inicial deste pronunciamento, a Companhia fez a opção de ajustar os saldos iniciais a valores justos, com a utilização do conceito de custo atribuído (“*deemed cost*”), mencionado no item 22 da Interpretação Técnica ITG 10. Desta forma a Companhia atribuiu o valor justo através de laudo emitido por empresa especializada.

Do total da depreciação do consolidado lançada no resultado até setembro de 2018, no valor de R\$ 3.248, R\$ 2.983 estão no CPV e R\$ 265 nas despesas administrativas/comerciais.

NOTA 12 - REAVALIAÇÃO DE ATIVOS

Nos anos de 1991, 1994 e 2002 a controladora procedeu a reavaliação de alguns itens do imobilizado (máquinas e equipamentos e terrenos).

O montante total líquido dos tributos, em 30/09/2018 das reavaliações efetuadas é de R\$ 565 líquido das parcelas já realizadas por imparidade, por depreciação e/ou alienação que foram transferidas para a conta de Prejuízos Acumulados. O montante realizado líquido durante o ano foi de R\$ 53. Conforme faculta a Lei nº 11.638/07, a Administração decidiu manter a Reserva de Reavaliação registrada no Patrimônio Líquido, sendo que a sua realização integral ocorrerá quando da alienação, depreciação ou baixa dos respectivos ativos.

NOTA 13 - INTANGÍVEL

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<u>Programas de</u>	
	<u>Computador</u>	<u>Total</u>
Taxas anuais de amortização	20%	
Em 31 de dezembro de 2017		
Custo	4.524	4.524
Amortização Acumulada	(3.819)	(3.819)
Imparidade	(80)	(80)
Valor contábil líquido	625	625
Adições	38	38
Amortização	(278)	(278)
Saldo Final	385	385
Em 30 de setembro de 2018		
Custo	4.562	4.562
Amortização Acumulada	(4.097)	(4.097)
Imparidade	(80)	(80)
Valor contábil líquido	385	385

Do total da amortização do consolidado lançada no resultado de setembro de 2018, no valor de R\$ 278, R\$ 25 estão no CPV e R\$ 253 nas despesas administrativas/comerciais.

NOTA 14 - RECUPERABILIDADE DOS ATIVOS ("IMPAIRMENT")

Anualmente ou quando houver indicação de que ocorreu uma perda, a Companhia realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes, para determinar se estes ativos tiveram perdas por "impairment".

Estes testes são realizados de acordo com o Pronunciamento Técnico NBC TG 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

NOTA 15 - FORNECEDORES E OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Contas a Pagar a Fornecedores Interno	28.240	26.317	28.363	26.440
Obrigações Sociais/Trabalhistas	24.250	20.615	24.250	20.615
Obrigações Tributárias e REFIS	7.102	10.107	7.102	10.835
Adiantamentos de Clientes	522	387	522	387
Outras Contas a Pagar	4.834	4.047	4.835	4.048
Parcela Circulante	64.948	61.473	65.072	62.325
Obrigações Tributárias	109.894	117.481	109.894	117.481
Obrigações Sociais/Trabalhistas	5.534	1.515	5.534	1.515
Outras Contas a Pagar	74.260	65.530	72.321	64.395
Parcela Não Circulante	189.688	184.526	187.749	183.391
Total a Pagar a Fornecedores	28.240	26.317	28.363	26.440
Total de Outras Contas a Pagar	226.396	219.682	224.458	219.276
Total Geral	254.636	245.999	252.821	245.716

Aging List Contas a Pagar	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Vencidos	18.319	18.699	18.430	18.810
A vencer 30 dias	7.921	7.339	7.933	7.351
A vencer de 31 a 60 dias	686	219	686	219
A vencer de 61 a 90 dias	307	19	307	19
A vencer acima de 91 dias	1.007	41	1.007	41
Contas a Pagar a Fornecedores	28.240	26.317	28.363	26.440

Contas a Pagar por Tipo de Moeda	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Reais - R\$	28.240	26.317	28.363	26.440
Contas a Pagar a Fornecedores	28.240	26.317	28.363	26.440

NOTA 16 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Circulante	Modalidade	Taxa Média	Garantia	Controladora		Consolidado	
				30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Finame	Taxas Pré fixadas de 2,5% aa até taxas pós fixadas de 7% aa		Alienação Fiduciária/Duplicatas	5.400	4.319	5.400	4.319
BRDE/BADESC	IGP-m + 6,5% aa		Imóveis / Aval	3.548	3.548	3.548	3.548
Capital de Giro - Pré-Pagto	Libor + 3,30% aa		Aval	3.009	3.009	3.009	3.009
Capital de Giro e NCE	Taxa Pré-fixada de 0,96 a 1,497% am		Duplicatas	13.330	13.740	13.330	13.740
Prodec I	50% IGPM + 4% aa		Aval	20.184	17.960	20.184	17.960
Prodec II	Variação da UFIR + 1% aa		Aval	5.124	5.124	5.124	5.124
Financ. Direto com Fornec.	-		-	3.193	3.711	3.193	3.711
ACC	VC + 4,10% aa		-	2.146	2.146	2.146	2.146
Duplicatas Descontadas	1,50 a 1,53% am		Duplicatas	2.965	1.844	2.965	1.844
Fomento	-		Duplicatas	401	-	401	-
Leasing	VC + 6,483% aa		Alienação Fiduciária	-	-	1.945	1.945
Total do Circulante				59.300	55.401	61.245	57.346

Modalidade	Taxa Média	Garantia				
Finame	Taxas Pré fixadas de 2,5% aa até Taxas Pós fixadas de 7% aa	Alienação Fiduciária/Duplicatas	2.294	3.406	2.294	3.406
Capital de Giro e NCE	Taxa Pré-fixada de 0,96 a 1,497% am	Duplicatas		608	-	608
Prodec I	50% IGPM + 4% aa	Aval	4.492	5.895	4.492	5.895
Financ. Direto com Fornec.	-	-	4.722	4.291	4.722	4.291
Total do Não Circulante			11.508	14.200	11.508	14.200

Total de Empréstimos e Financiamentos	70.808	69.601	72.753	71.546
--	---------------	---------------	---------------	---------------

Por Data de Vencimento	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Em até 6 meses	56.256	55.040	58.200	56.985
De 6 meses a 1 ano	3.045	4.637	3.045	4.637
De 1 a 2 anos	4.779	4.921	4.779	4.920
De 3 a 5 anos	6.728	4.481	6.729	4.481
Acima de 5 anos		523		523
Total de Empréstimos e Financiamentos	70.808	69.601	72.753	71.546

Por Tipo de Moeda	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Reais - R\$	65.653	64.446	65.653	64.446
Dólar Norte-Americano - US\$	5.155	5.155	5.155	5.155
Euro - EUR	-	-	1.945	1.945
Total de Empréstimos e Financiamentos	70.808	69.601	72.753	71.546

Por Indexação	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Taxas Pré-Fixadas	30.242	30.259	30.242	30.259
Taxas-Pós Fixadas	40.566	39.342	42.511	41.287
Total de Empréstimos e Financiamentos	70.808	69.601	72.753	71.546

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Saldo Inicial	69.601	74.397	71.546	76.342
Captação de Empréstimos e Financiamentos	13.121	12.352	13.121	12.352
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	(12.672)	(16.983)	(12.672)	(16.983)
Juros sobre Empréstimos Pagos	(228)	(396)	(228)	(396)
Juros sobre Empréstimos	986	231	986	231
Saldo Final	70.808	69.601	72.753	71.546

A companhia possui empréstimos com taxa de juros subsidiadas pelo PRODEC. A diferença entre os encargos cobrados e os encargos que seriam devidos considerando as taxas de juros de mercado atingiu R\$ 59 no 3º Trimestre de 2018.

NOTA 17 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Ativo	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
IRPJ à compensar	-	-	148	148
CSLL à compensar	-	-	65	65
Total Ativo Circulante	-	-	213	213
IRPJ - Crédito Tributário Diferido	14.227	11.561	14.227	11.561
CSLL - Crédito Tributário Diferido	4.960	4.001	4.960	4.001
Total Ativo Não Circulante	19.187	15.563	19.187	15.563
Passivo	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
IRPJ sobre diferenças temporárias	25.516	24.906	25.516	24.906
CSLL sobre diferenças temporárias	9.185	8.966	9.185	8.966
Total Passivo Não Circulante	34.701	33.871	34.701	33.871

17.1 Tributos Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, apurados em conformidade com o pronunciamento do IBRACON e pela Deliberação CVM nº 599/09 e Instrução CVM nº 371/02.

As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda diferido durante o exercício é a seguinte:

Movimentação Líquida dos Tributos Diferidos	Controladora e Consolidado					
	Tributos Diferidos Ativos		Tributos Diferidos Passivos			
	Diferenças Temporárias	Total	Outras Difer. Temporárias	Valor Justo Propr.p/Investim.	Valor Justo Imobilizado	Total
Em 31 de Dezembro 2017	15.563	15.563	8.979	13.933	10.959	33.871
Constituição dos Tributos	18.739	18.739	3.309	-	-	3.309
Baixa dos Tributos	(15.115)	(15.115)	(2.447)	-	(32)	(2.479)
Em 30 de Setembro 2018	19.187	19.187	9.841	13.933	10.927	34.701

17.2 Despesas com Tributos sobre o Lucro

A seguir são apresentados os encargos com tributos sobre o lucro registrados no resultado dos períodos:

Conciliação IRPJ/CSLL do Resultado do Exercício	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017
Provisão IRPJ	-	-	-	4
Provisão CSLL	-	-	-	3
Constituição IRPJ sobre diferenças temporárias	(98.500)	(109.583)	(98.500)	(109.583)
Constituição CSLL sobre diferenças temporárias	(35.460)	(39.447)	(35.460)	(39.447)
Realização de IRPJ sobre diferenças temporárias	100.555	114.301	100.555	114.301
Realização de CSLL sobre diferenças temporárias	36.200	41.148	36.200	41.148
IRPJ/CSLL do Resultado do Período	2.795	6.419	2.795	6.426

NOTA 18 - PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

Com base em informações dos assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e experiências anteriores, a Companhia mantém provisionadas contingências de natureza trabalhista e tributária, cuja estimativa de perda é considerada provável.

	Trabalhistas	Tributárias	Total
Em 31 de dezembro de 2017	1.300	35.424	36.724
Depósitos Judiciais Relacionados	630	-	630
Efeito Líquido em 31 de dezembro de 2017	670	35.424	36.094
Constituição de provisões	-	10.458	10.458
Provisões utilizadas	(204)	-	(204)
Em 30 de setembro de 2018	1.096	45.882	46.978
Depósitos Judiciais Relacionados	568	-	568
Efeito Líquido em 30 de setembro de 2018	528	45.882	46.410

As contingências tributárias estão relacionadas principalmente as discussões judiciais relativas aos impostos federais (IRPJ, CSLL, IPI e COFINS).

Contingências Tributárias	30/09/2018	31/12/2017
Processos RFB	1.253	1.253
Processos PGFN	34.171	34.171
Processos REFIS (nota 20)	10.458	-
Total	45.882	35.424

O valor provisionado referente Processos PGFN, trata-se da discussão a título de IRPJ e CSLL (Processo nº 0000254-03.2010.404.7201) que já teve sentença publicada em 2013 com efeito suspensivo diferido por meio da oposição dos Embargos à Execução nº 5001542-61.2011.404.7201,

havendo assim uma redução de 39,20% sobre o montante originalmente exigido. Portanto, continua sendo provisionado o saldo remanescente que se mantém em discussão.

O Processo encontra-se no Tribunal Regional Federal da 4ª Região para apreciação dos Recursos de Apelação, tanto pela Companhia quanto pela União. O feito está garantido por meio de penhora de bens móveis e imóveis.

Adicionalmente às provisões registradas, existem outros passivos contingentes, no montante de R\$ 1.350, cujo risco de perda foi avaliado como possível pelos assessores jurídicos e, portanto, não exigem constituição de provisão.

NOTA 19 - PARTES RELACIONADAS

19.1 Transações com Partes Relacionadas

Parte Relacionadas	Controladora		Consolidado	
	Ativo		Ativo	
	Outras Contas a Receber		Outras Contas a Receber	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Wetzel Univolt Ind.Plásticos Ltda	2.235	2.213	-	-
CWS Participações S.A	-	1.621	-	1.621
	2.235	3.834	-	1.621
	Passivo		Passivo	
	Outras Contas a Pagar		Outras Contas a Pagar	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
CWS Participações S.A	5.852	6.370	6.033	7.141
Cachoeria Arrendamentos e Armazens Gerais Ltda	6.694	6.711	6.694	6.711
Dietzel GMBH	-	-	188	188
	12.546	13.081	12.915	14.041

As operações de compra e venda envolvendo partes relacionadas são efetuadas a preços normais de mercado.

Nas demonstrações financeiras consolidadas esses valores foram eliminados conforme os critérios apresentados na nota 3.1.

Não houve transações com a empresa Foundry Engineers no período.

19.2 Remuneração do Pessoal Chave da Administração

Conforme estabelecido e aprovado nas atas da controladora e suas controladas foi atribuída à remuneração dos administradores, sendo esta remuneração caracterizada como benefício de curto prazo. Os demais tipos de remuneração listados no NBC TG 05 – Divulgação Sobre Partes Relacionadas, não são aplicados.

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2018	30/09/2017
Remuneração Diretoria	874	804
Remuneração Conselho Administração	94	89
Total	968	893

NOTA 20 - PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL – REFIS

Atendendo à Instrução CVM nº 346 de 29/09/2000, a Wetzel informa que em 28/03/2000 aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS.

O valor consolidado da operação se encontra detalhado no quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	PRINCIPAL	MULTA	JUROS	TOTAL
IPÍ	11.458	2.281	10.563	24.302
IRRF	47	9	70	126
COFINS	4.318	1.010	3.958	9.286
PIS	931	182	664	1.777
INSS	17.878	3.758	11.710	33.346
TOTAL	34.632	7.240	26.965	68.837
(-) Compensação prejuízos fiscais e base negativa CSLL				(12.380)
VALOR DO REFIS				56.457

O saldo em 30.09.2018 apresenta-se da seguinte forma:

Composição REFIS	
Valor original	56.457
Encargos calculados	70.959
Pagamentos efetuados de 1,2% sobre o faturamento	(41.765)
Saldo em 30/09/2018	85.651
Reconhecimento Contábil	
Débitos Reinclusos atualizados com taxa selic	75.193
Provisão para Contingência	10.458
Valor Contábil Líquido	85.651

Por estarem configuradas as hipóteses de exclusão previstas no art.5º, inciso II da Lei nº 9.964/00, foi publicada a Portaria nº 43/17 no Diário Oficial da União declarando que a Wetzel foi excluída do Refis a partir de 01/10/17.

NOTA 21 - CAPITAL SOCIAL

O Capital Social pertence integralmente a acionistas domiciliados no país, no valor de R\$ 47.147 é formado de 2.058 mil ações, sendo 686 mil ações ordinárias e 1.372 mil ações preferenciais.

As ações preferenciais têm como vantagem o direito ao recebimento de dividendo 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária.

NOTA 22 - RECEITAS DE VENDAS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017
Vendas Mercado Interno	143.423	105.541	143.423	105.541
Vendas Zona Franca de Manaus	528	125	528	125
Revenda no Mercado Interno	12.543	10.831	12.543	10.831
Vendas Mercado Externo	3.943	3.821	3.943	3.821
Outras Vendas	4.464	3.713	4.464	3.713
(-) Devoluções e Abatimentos	(3.186)	(2.444)	(3.186)	(2.444)
(-) Impostos sobre as Vendas	(39.726)	(29.937)	(39.726)	(29.937)
Receita de Vendas	121.989	91.650	121.989	91.650

NOTA 23 - RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017
Despesas Financeiras				
Juros sobre Capital de Giro	(99)	(200)	(9)	(200)
Juros sobre Financiamentos	(2)	(2.210)	(2)	(2.210)
Variação Cambial	(85)	(79)	(85)	(79)
Outras Despesas	(6.906)	76	(7.004)	(35)
Total de Despesas	(7.092)	(2.413)	(7.100)	(2.524)
Receitas Financeiras				
Variação Cambial	151	6	151	6
Aplicações Financeiras	32	64	32	64
Outras Receitas	104	202	104	202
Total de Receitas	287	272	287	272
Resultado Acumulado	(6.805)	(2.141)	(6.813)	(2.252)

NOTA 24 - DESPESAS DE BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2018	30/09/2017
Salários	31.983	26.136
Gastos Trabalhistas/Previdenciários	5.314	4.828
Total	37.297	30.964
Número de Empregados	986	932

NOTA 25 - RESULTADO POR AÇÃO

O lucro básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade de ações emitidas.

Resultado por Ação

	30/09/2018	30/09/2017
Numerador		
Resultado Líquido do exercício atribuído aos acionistas da companhia		
Resultado disponível aos acionistas preferenciais	(9.375)	(3.990)
Resultado disponível aos acionistas ordinários	(4.688)	(1.995)
	(14.063)	(5.985)
Denominador (em milhares de ações)		
Quantidade de ações preferenciais emitidas	1.372	1.372
Quantidade de ações ordinárias emitidas	686	686
Total	2.058	2.058
Resultado básico e diluído por ação (em reais mil)		
Ação preferencial	(6,8333)	(2,9082)
Ação ordinária	(6,8333)	(2,9082)

Ajuste retrospectivo

Conforme requerido pelo NBC TG 41/IAS 33, a Companhia ajustou retrospectivamente o cálculo do lucro básico e diluído por ação considerando a nova composição acionária decorrente do grupamento de ações de acordo com a Ata de Assembleia Geral Extraordinária de 10/09/15.

NOTA 26 - COBERTURA DE SEGUROS

A controladora e controlada mantém a política de cobrir com seguros seus principais ativos imobilizados e estoques, considerando a sua natureza e o grau de risco relacionado (informação não auditada). Os seguros contratados cobrem os riscos relacionados a incêndio, vendaval, raios/explosão, danos elétricos, extravasamento de materiais em fusão, roubo qualificado, alagamento/inundação com o limite máximo de indenização em R\$ 53.700, com vigência de 14/04/18 à 14/04/19.

A Administração considera que o montante de seguros é suficiente para cobrir eventuais sinistros em suas instalações industriais, comerciais e administrativas.

NOTA 27 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmento estão sendo apresentadas de forma consolidada de acordo com o NBC TG 22 – Informações por Segmento. A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base no modelo de organização e gestão aprovadas pelo Conselho de Administração, contendo as seguintes áreas:

Em 30 de setembro de 2017	Alumínio	Ferro	Eletrotécnica	Corporativo	Total
Receita Operacional Líquida	32.722	34.451	24.477	-	91.650
Depreciação e Amortização	-	-	-	(3.899)	(3.899)
Receitas Financeiras	-	-	-	272	272
Despesas Financeiras	-	-	-	(2.524)	(2.524)
Provisão IRPJ e CSLL Corrente e Diferido	-	-	-	(3.611)	(3.611)
Lucro(prejuízo) Líquido do Exercício	-	-	-	(14.830)	(14.830)
Ativo Imobilizado e Intangível	-	-	-	55.878	55.878
Ativo Total	-	-	-	181.420	181.420
O Ativo Inclui:					
Adições ao Imobilizado	-	-	-	201	201
Passivo Total	-	-	-	181.420	181.420
Em 30 de setembro de 2018	Alumínio	Ferro	Eletrotécnica	Corporativo	Total
Receita Operacional Líquida	30.597	29.648	18.978	-	79.223
Depreciação e Amortização	-	-	-	(3.526)	(3.526)
Receitas Financeiras	-	-	-	287	287
Despesas Financeiras	-	-	-	(7.100)	(7.100)
Provisão IRPJ e CSLL Corrente e Diferido	-	-	-	2.795	2.795
Lucro(prejuízo) Líquido do Exercício	-	-	-	(14.063)	(14.063)
Ativo Imobilizado e Intangível	-	-	-	55.079	55.079
Ativo Total	-	-	-	186.683	186.683
O Ativo Inclui:					
Adições ao Imobilizado	-	-	-	2.929	2.929
Passivo Total	-	-	-	186.683	186.683

NOTA 28 - CRÉDITOS ELETROBRÁS

Com base em decisão transitada em julgado favorável do STF sobre o Agravo de Instrumento 560505 referente ao Processo 990102179-0, a Companhia teve reconhecido a seu favor o direito a restituição de valores referentes a crédito de correção monetária e juros sobre empréstimo compulsório da Eletrobrás.

Conforme despacho de execução de sentença emitido em 01/07/15, o valor a receber foi ajustado conforme quadro abaixo:

Saldo provisionado em 31/12/2010	2.930
Crédito passível de recebimento (Julho/15)	19.514
Parcela recebida antecipadamente em Julho/15	(9.757)
Saldo Recebimento equivalente a 50% do total do Processo	9.757

O valor remanescente dos créditos da Eletrobrás foi depositado em conta da Justiça Estadual/SC em 02/12/16 e colocado à disposição do Sr. Excelentíssimo Juiz responsável pela recuperação judicial, o qual já autorizou o saque prévio de R\$ 3.000 para destinação de pagamento de verbas trabalhistas de 13º salários, férias coletivas e manutenção preventiva de parada de final de ano de 2016. No 3º trimestre de 2017 foi autorizado o saque prévio de R\$ 4.939 para destinação de pagamentos de credores trabalhistas da Recuperação Judicial e no 4º trimestre de 2017 foi autorizado o saque prévio de R\$ 3.759 a fim de viabilizar pagamentos de saldos de créditos trabalhistas (Classe I) e dos créditos Classes CIIIA e CIVA. Em 2017, teve atualizações no valor de R\$ 2.303 referente correção monetária. No 2º trimestre de 2018 foi liberado o saque prévio de R\$ 200 para compra de equipamentos.

NOTA 29 - DEPÓSITOS JUDICIAIS

Referem-se a reclamações trabalhistas e discussões que a Companhia mantém sobre questões tributárias e previdenciárias, acompanhados de processos judiciais regulares.

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017
Depósitos Judiciais - Trabalhistas	568	630
Depósitos Judiciais - Outros	1.118	1.606
Previdenciário-FAP	1.956	1.910
Total	3.642	4.146

NOTA 30 - DESONERAÇÃO FOLHA

A Companhia se enquadra na Lei 12.546/11 em seu art.8º, alterada pela Lei 13.161/15 onde contribuirá a alíquota de 2,5% em substituição as contribuições previstas nos incisos I e III do art.22 da Lei nº 8.212 de 24/07/91. Em contrapartida reduz-se o valor da contribuição dos incisos I e III do art.22

da Lei nº 8.212 de 24/07/91 ao percentual resultante da razão entre a receita bruta de fabricação dos produtos incluídos no art.8ºA da Lei 13.161 e a receita bruta total.

A opção pela Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) foi manifestada mediante o pagamento da contribuição incidente sobre a Receita Bruta relativa à competência dezembro de 2017 previsto no art. 1º § 6º da IN 1597 de 01/12/15 e permanece vigente através da Lei 13.670 de 30/05/18.

NOTA 31 - ATIVOS DESTINADOS A VENDA

Com o fim das atividades da controlada Wetzel Univolt Indústria Plásticos Ltda., desde novembro de 2015, o ativo imobilizado foi reclassificado para o ativo destinado à venda, no ativo circulante. Os ativos estão avaliados pelo menor valor entre o saldo contábil líquido e o valor de venda, líquido dos custos de comercialização.

Ativos Destinados a Venda	Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017
Máquinas e Equipamentos	2.030	2.130
(-) Baixa por venda	(1.322)	(100)
Móveis e Utensílios	38	38
Total	746	2.068

Parte desses ativos foram adquiridos através de operações de Arrendamento Mercantil Financeiro. Em face das práticas contábeis, os valores foram registrados de forma similar às operações de financiamentos.

	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Valor contábil líquido
Máquinas e Equipamentos	846	(345)	501
	846	(345)	501

NOTA 32 - INSTRUMENTO DE GARANTIA DE FORNECIMENTO

Até fevereiro de 2016, o fornecimento de Energia Elétrica pela Engie Brasil, nova denominação de Tractebel Energia, para a Unidade de Negócios da Wetzel Ferro, vinha sendo garantido por recebíveis da Companhia. Em março de 2016, a garantia foi substituída por um CDB, onde a Engie figura como beneficiária em caso de inadimplência de pagamentos pela Wetzel. No 1º trimestre de 2018, esse CDB teve um resgate parcial em favor da Wetzel devido à redução do volume de energia elétrica contratada. No 3º trimestre de 2018 houve apenas correção monetária, encerrando assim o período com saldo de R\$ 746.

NOTA 33 - PROGRAMA ESPECIAL DE REGULARIZAÇÃO TRIBUTÁRIA – PERT

A Wetzel informa que aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária – PERT de acordo com a Lei 13.496/17.

O valor consolidado da operação se encontra detalhado nos quadros abaixo:

DESCRIÇÃO	PRINCIPAL	MULTA	JUROS	TOTAL
Impostos em aberto vencidos até 30/04/17 RFB - Demais Débitos	7.866	1.573	930	10.369
Impostos em aberto vencidos até 30/04/17 RFB - Previdenciários	7.488	1.498	1.387	10.372
(-) Entrada de 5%	768	154	116	1.037
(-) Redução 70% da Multa e 90% dos Juros (Efeitos s/Despesas Financeiras)	-	(2.042)	(1.980)	(4.023)
(-) Compensação com Prejuízos Fiscais e Base Negativa CSLL (Efeitos s/ IRPJ/CSLL)	(14.586)	(875)	(220)	(15.682)
VALOR DO PERT RFB				1.037

DESCRIÇÃO	PRINCIPAL	MULTA	JUROS	ENCARGOS	TOTAL
Impostos em aberto vencidos até 30/04/17 PGFN - Demais Débitos	8.755	1.751	1.962	2.494	14.962
Impostos em aberto vencidos até 30/04/17 PGFN - Previdenciários	2.369	474	525	674	4.042
(-) Entrada de 5%	556	111	124	158	950
(-) Redução de 70% da Multa, 90% dos Juros e 100% dos Encargos Legais (Efeitos s/Despesas Financeiras)	-	(1.479)	(2.127)	(3.009)	(6.615)
(-) Compensação com Prejuízos Fiscais e Base Negativa CSLL(Efeitos s/ IRPJ/CSLL)	(10.568)	(634)	(236)	-	(11.438)
VALOR DO PERT PGFN					950

DESCRIÇÃO	PRINCIPAL	MULTA	JUROS	TOTAL
Sesi/Senai/Adicional Senai vencidos até 30/04/17	562	115	150	828
(-) Entrada de 5%	28	6	8	41
(-) Redução de 50% da Multa e 80% dos Juros (Efeitos s/Despesas Financeiras)	-	(55)	(114)	(169)
(-) Saldo a recolher (pagamento em até 145 parcelas)	534	55	29	617
VALOR DO PERT (Sesi/Senai/Adicional Senai)				658

O saldo do PERT em 30.09.2018 apresenta-se da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	VALOR ORIGINAL	ATUALIZAÇÃO SELIC	PARCELAS PAGAS	SALDO EM 30/09/2018
Pert RFB - Demais Débitos	518	4	(522)	-
Pert RFB - Previdenciários	519	6	(525)	-
Pert PGFN - Demais Débitos	748	8	(756)	-
Pert PGFN - Previdenciários	202	1	(203)	-
Pert Sesi/SENAI	658	33	(81)	610
TOTAL	2.645	52	(2.087)	610

Desde a adesão ao PERT, a companhia obriga-se ao pagamento regular dos impostos, contribuições e demais obrigações previstas no art. 1º, § 4º da Lei 13.496/17, cujos atos são avaliados na forma da legislação vigente, sob pena de aplicação das sanções dispostas no art. 9º da Lei 13.496/17.

NOTA 34 - EVENTO SUBSEQUENTE

Recuperação Judicial

A Wetzel ajuizou ação de recuperação judicial, nos termos da Lei 11.101/05, e o processo foi distribuído à 4ª Vara Cível da Comarca de Joinville, recebendo o nº 0301750-45.2016.8.24.0038.

Segue abaixo demonstrativo com o decorrer do processo:

Data	Descrição do Evento
03/02/2016	Ajuizada ação de recuperação judicial.
11/02/2016	Deferido o pedido pelo juiz da 4ª Vara Cível da Comarca de Joinville (decisão proferida nos termos do art. 52 da Lei 11.101/05).
02/03/2016	Publicado o edital a que alude o art. 52, §1º, da Lei 11.101/05, no Diário de Justiça Eletrônico (DJe) e no jornal A Notícia.
15/06/2016	Apresentado o Plano de Recuperação Judicial e também publicado no Diário de Justiça Eletrônico (DJe).
18/10/2016	Não foi instalada a AGC – Assembléia Geral de Credores por insuficiência de quórum qualificado.
22/11/2016	Instalada a AGC com quórum simples, mas teve pedido de suspensão pelo Credor Banco do Brasil.
23/02/2017	Suspensa a AGC a pedido de credores.
25/04/2017	Suspensa a AGC a pedido de credores.
13/06/2017	Continuação da Assembleia Geral de Credores, realizou-se a votação do Plano de Recuperação Judicial e seu modificativo na forma da lei, os ausentes tiveram os votos computados com abstenção e por consequência foram retirados da base de cálculo da votação e os presentes tiveram seus votos registrados por meio eletrônico. Na votação obteve-se aprovação do plano por 100% da classe trabalhista, 100% da classe de credores de garantia real, 59,52% dos credores quirografários e 91,66% da classe de microempresas ou empresas de pequeno porte. Sendo assim, sem oposição dos presentes foi proclamado a aprovação do Plano de Recuperação Judicial e seu modificativo, na forma do art. 42 da Lei 11.101/2005.
28/07/2017	Publicado no Diário de Justiça Eletrônico nº 2635, págs. 943 - 946 o Plano de Recuperação Judicial Modificativo, aprovado em Assembleia Geral de Credores realizada em 13/06/2017, homologado pelo Juízo da 4ª Vara Cível da Comarca de Joinville (SC).

A decisão homologatória apresentou ressalvas quanto a pontos específicos constantes no Plano de Recuperação Judicial e foi objeto de agravos de instrumento interpostos pela Wetzel e por dois credores quirografários (Banco do Brasil e Banco Santander). Em 24/05/2018 foi negado provimento aos recursos dos Bancos, decidindo os Desembargadores pela manutenção da decisão que homologou o Plano de Recuperação Judicial em Assembleia Geral de Credores. O Agravo de Instrumento interposto pela Wetzel continua pendente de decisão judicial em segunda instância.

Independente dos recursos, o Plano de Recuperação Judicial, naquilo que não foi afetado pelas pendências citadas, está sendo cumprido e, especificamente, já estão sendo pagos, antecipadamente, os créditos habilitados na Classe I (trabalhistas), Classe IIIA (quirografários até R\$ 5.000,00) e Classe IVA (microempresas e empresas de pequeno porte até R\$ 5.000,00).

Conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial Modificativo, em paralelo está sendo constituída provisão de correção monetária para os créditos com garantia real (Classe II) e créditos quirografários de credores por aluguéis de imóveis operacionais (Subclasse IIIC). Até o 3º trimestre de 2018, o montante da provisão dessas correções monetárias corresponde a R\$ 937. Com relação às demais classes, a correção monetária ocorrerá a partir do trânsito em julgado da decisão de concessão da recuperação judicial.

Sendo assim, apenas os efeitos mencionados anteriormente impactaram nas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas em razão do processo de recuperação judicial.

As informações relativas ao processamento do pedido de recuperação judicial, bem como outros fatos e informações pertinentes, serão oportunamente divulgadas, na forma da legislação vigente.